

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS HISTÓRICOS DR. ANTÓNIO DE VASCONCELOS

Revista Portuguesa de História

TOMO V

HOMENAGEM A GAMA BARROS

Volume II



COIMBRA / 1951

Fernão Lopes e o Tratado de Santarém

Muitos são os historiadores que têm aludido ao tratado de aliança entre a Inglaterra e Portugal, concluído no dia 16 de Junho de 1373. Menos atenção tem sido dada ao facto de este tratado ter sido indevidamente concluído pelos procuradores de D. Fernando, e de não se ter convertido em válido instrumento político antes de 1380.

Durante esses sete anos, a política externa portuguesa foi conduzida de acordo com os artigos contidos no tratado de paz entre Portugal e Castela, que o rei português tinha sido forçado a aceitar em Santarém, no dia 19 de Março de 1373. Um destes artigos obrigava D. Fernando a entrar numa aliança militar com Castela e a unir-se-lhe na guerra de Henrique II contra Inglaterra, como de facto uniu. Não se sabe ao certo porque é que, não obstante, permitiu aos seus procuradores que concluíssem, em Londres, uns três meses mais tarde, a frustrada aliança com Eduardo III. O que se sabe, porém, é que, até 1380, o rei português observou as principais cláusulas do tratado de Santarém.

Nenhum diploma original deste tratado se conserva, que saibamos, em qualquer arquivo peninsular. O objectivo desta breve nota é, justamente, chamar a atenção para a versão contemporânea existente no Arquivo Nacional de Paris (K. 1338/51), e comentar, à sua luz, o relato apresentado por Fernão Lopes (*).

O documento de que estamos a tratar está exarado numa folha de pergaminho formada por três membranas cosidas, e está escrito em latim. Não é um formal instrumento diplomático: não tem selos nem assinaturas. Trata-se, apenas, de uma cópia

(9 *Crónica de Dom Fernando* («Collecção de livros ineditos de historia portugueza», iv, pp. 295-301).

para fins de registo, que, pelo exame interno, supomos ter sido feita em Castela. Uma nota, apensa na ocasião em que foi escrita, atesta a fidelidade da transcrição ; outra, do punho de um dos secretários de Carlos V, Roberto de Noyers (2), explica que o documento foi, por ordem do rei, entregue ao chanceler, a 21 de Janeiro de 1374. As circunstâncias em que esta cópia veio ter às mãos do rei de França explicam-se pelo artigo 5 do próprio tratado. De facto, o diploma declara que D. Fernando devia tornar-se formalmente aliado de França, tal como ficava sendo de Castela, desde que, dentro de dez meses, Carlos V ratificasse e confirmasse o tratado — o que, de facto, fez em fins de Janeiro de 1374.

A maneira como o diploma está redigido reflete as circunstâncias em que foi concluído. Num longo proemio, o legado apostólico na Península, cardeal Guy de Bolonha (3), pormenorizou as circunstâncias em que intervieram para fazer as pazes entre Portugal e Castela. Como era costume em tais casos, referia-se à ansiedade do Papa por que os reinos cristãos da Península mantivessem uma frente unida contra a ameaça islâmica. Por este motivo, tendo ouvido que Henrique II invadira Portugal com um grande exército, ocorreu aí para resolver a situação. De facto, depois de «multas persuassiones», os dois soberanos acederam aos seus rogos e concordaram em fazer a paz. A verdadeira razão era, naturalmente, o desejo da Cúria de que o regular funcionamento

(2) Tempos depois, Robert de Noyers envolveu-se mais estreitamente em assuntos portugueses. Por volta de 1377 tornara-se secretário de Luis de Anjou, que o enviou nesse ano a Castela e Portugal para tomar parte nas negociações para a aliança contra o Aragão, expondo a pretensão de Anjou ao trono de Maiorca. Vide A. Lecoy de la Marche, *Les relations politiques de la France avec le royaume de Majorque*, t. n, p. 254 n. 1 ; e N. Valois, *La France et le grand schisme d'occident*, t. 1, p. 233 n. 3. Para referências à visita de Robert de Noyers a Portugal vide também Fernão Lopes, *op. cit.*, p. 335.

(3) O Cardeal Guy de Bolonha (em França) governou a Sé suburbicária de Portus Romanus et S. Rufinae desde 1350. Morreu em Lérida a 25 de Novembro de 1373. Duas leituras erradas dos seus títulos latinos têm levado frequentemente os historiadores a descrevê-lo como natural de Bolonha, em Itália, e como bispo do Porto, em Portugal. Fernão Lopes, que o diz «cardeal de Bolonha, bispo do Porto» (*op. cit.*, p. 296), parece ter caído neste erro.

da aliança franco-castelhana não fosse perturbado por movimentos na fronteira ocidental de Castela.

Antes de expor os verdadeiros termos do tratado, que o legado persuadira os dois reis a aceitar, o documento relata a maneira como o acordo foi concluído, mostrando que D. Fernando assinou em primeiro lugar, no castelo de Santarém, em 19 de Março, «post magnas deliberationes cum comitibus, magnis baronibus, militibus, et communitatibus regni sui». Entre as personagens que assistiram à prestação de juramento, estavam D. Afonso, bispo da Guarda, e Aires Gomes da Silva, que foram em seguida enviados como procuradores de D. Fernando ao quartel-general do rei castelhano, nas cercanias de Lisboa. Ali, no dia 22, no convento dos frades menores, juraram a Henrique II que D. Fernando respeitaria fielmente o tratado. Feito isto, o rei castelhano jurou por sua vez respeitá-lo, tocando os Santos Evangelhos, que o legado papal segurava, na presença de uma luzida companhia de castelhanos e seus partidários. Entre estes últimos estava, note-se, D. Dinis, meio-irmão de D. Fernando.

Não vale a pena referir minuciosamente cada um dos artigos do tratado, visto que foram resumidos com exactidão por Fernão Lopes no capítulo dedicado ao assunto. O confronto do documento de Paris com o texto de Fernão Lopes prova que o cronista escreveu este capítulo tendo deante de si uma versão autêntica do tratado, que ele teria encontrado na Torre do Tombo entre os documentos diplomáticos pertencentes ao reinado de D. Fernando. Foi neste relato que, por três vezes, interpolou na sua narrativa críticas adversas a um historiador não designado, que se ocupara do assunto. Trata-se, porém, de Pero López de Ayala.

Ao descrever a obrigação, imposta ao rei português, de fornecer duas galés para servirem com a frota real castelhana nas suas operações contra Inglaterra, Fernão Lopes observa: «E quem escreve que esta ajuda avia de seer çimquo gallees aa custa delRei Dom Fernando, erra mujto em seu razoar».

De facto, o artigo 6 do tratado obrigava o rei a fornecer duas galés custeadas por Henrique II («cum duobus galeis armatis stipendiis tamen Regis Castelle») por um período de três anos, todas as vezes que os castelhanos armassem seis, ou mais, para serviço contra os ingleses. O mesmo artigo acrescentava que, passados

três anos, a começar em Maio de 1373, cessaria esta obrigação, a não ser que D. Fernando desejasse voluntariamente continuá-la.

Do mesmo modo, ao descrever os preparativos para o casamento de D. Beatriz, meia-irmã de D. Fernando, com o irmão do rei de Castela, Sancho, conde de Albuquerque, Fernão Lopes acrescenta o seguinte comentário: «...e quem mais casamentos em estes trautos assijna, erra em seu estoriar».

Também aqui o cronista visado é Ayala, que afirma no seu relato ⁽⁴⁾ estipular ainda o tratado o casamento da infanta, filha de D. Fernando, chamada também Beatriz, com Fradique, duque de Benavente, filho ilegítimo do rei castelhano, dizendo mais que o casamento de um dos outros filhos ilegítimos de Henrique, Afonso, com a filha natural de D. Fernando, Isabel, foi ajustado por este mesmo tratado. Realmente, o texto do tratado justifica a crítica do cronista português; mas é perfeitamente possível que os dois casamentos adicionais, mencionados por Ayala, fossem, de facto, provisoriamente ajustados pelos dois soberanos, em consequência de negociações então realizadas.

A terceira crítica feita por Fernão Lopes diz também respeito a Ayala. O cronista português copia textualmente do tratado ⁽⁵⁾ a lista das vinte e oito pessoas — na maioria *emperogilados* caudilhos castelhanos — que D. Fernando se comprometia a expulsar de Portugal dentro de trinta dias. Ayala, ao referir-se ao mesmo compromisso, declara que ele envolvia 500 cavaleiros e escudeiros *emperogilados*. Porém, Fernão Lopes, depois de os mencionar, acrescenta: «Estas vijmte e oito pessoas, e mais nom, nomeou elRei de Castella que fossem lamçados fora de Portugal...; e se o doutra guisa alguuns em seus livros escpnevem, nom dees fe a tal escriptura».

Este caso mostra ter sido o cronista português um tanto excessivo ao pretender corrigir o texto do cronista castelhano, à luz dos documentos que encontrou na Torre do Tombo. De facto, escapou-lhe completamente o significado da afirmação de Ayala de que, em 1373, uns 500 cavaleiros e escudeiros castelhanos tinham emigrado para Portugal com a intenção de continuar daí

(4) *Crónica de D. Enrique II* («Crónicas de los reys de Castilla», t. n, Madrid, 1780), p. 44-5.

(5) Artigo 10.

a resistência legitimista contra Henrique II. Ayala não teria nunca dado tal número se não correspondesse à realidade, pois era extremamente hostil aos legitimistas, participando na luta contra eles.

A influência deste considerável bando de resolutos e influentes *emperogilados* na política de D. Fernando para com Castela, de 1371 a 1373, muito contribui, talvez, para explicar a conduta do rei português durante estes anos. Fernão Lopes, com a preocupação de corrigir a errônea observação de Ayala, de que esses 500 castelhanos deviam ser expulsos, não reparou que a afirmação do cronista castelhano permite uma dedução mais ampla. Era tal a confiança do guarda-mor da Torre do Tombo nas fontes documentais, que parece ter-se precipitado, desprezando o material menos preciso, mas não menos importante, oferecido por reminiscências de testemunhas oculares.

Alguns artigos menos importantes do tratado de Santarém são omitidos da sua descrição, pelo cronista português. Refere-se a eles como «outros capítulos que descrever nom curamos»; e o exame do documento original mostra que as suas omissões foram feitas criteriosamente.

De facto, o material que Fernão Lopes não se dá ao trabalho de transcrever não tem nenhuma importância particular ⁽⁶⁾; mas pode dizer-se que alguma coisa acrescenta ao conhecimento da posição extremamente desfavorável em que D. Fernando ficou colocado em consequência da sua desastrosa guerra com Castela. Assim, vemos que teve de concordar em dar permissão a qualquer súbdito português que, de futuro, desejasse juntar-se ao exército castelhano, de deixar livremente o país; e por outro lado, comprometia-se a entregar ao rei de Castela qualquer súbdito seu que fugisse para Portugal «propter casum prodicionis».

(6) Vale a pena, não obstante, mencionar aqui dois pontos. O dote que D. Fernando se obrigava a pagar por ocasião do casamento da sua meia-irmã com Sancho de Albuquerque era de 100.000 libras, que o rei castelhano insistia fosse pago no dinheiro que circulava em Portugal no tempo de D. Pedro» e que tinha de ser entregue dentro de três anos a partir da assinatura do contrato de casamento. A prova da determinação de Henrique II de a sua vitória não ser defraudada está contida num outro artigo em que ele exprime a intenção de continuar o cerco de Lisboa até que todos os reféns nomeados no tratado lhe sejam entregues.

Talvez sejam um pouco mais significativos os artigos relativos à posição dos portugueses que se tinham juntado ao inimigo antes ou durante a invasão castelhana. Fernão Lopes refere que, em aditamento às amnistias a favor de D. Dinis e Diogo Lopes Pacheco, Henrique de Trastamara insistiu na concessão de perdões a todos os outros portugueses que se lhe tinham juntado, «e isso meesmo perdoasse a todallas villas e logares, que o por senhor receberom».

O texto do tratado de Santarém, onde estes assuntos são versados, permite-nos entrever que, durante a invasão castelhana, D. Fernando não se viu apenas perante a traição de algumas pessoas importantes, mas também perante a deserção para o inimigo de um número não especificado de concelhos. E mesmo possível que a verdadeira causa, que impedira do rei português de organizar efectiva resistência contra os invasores, tivesse sido o seu receio de traição, então tão generalizada, e não a incompetência dos seus generais.

A leitura dos artigos do próprio tratado de Santarém não contribue para acrescentar consideravelmente, vê-lo-emos, o seu conhecimento. Aqui, como quase sempre, Fernão Lopes revela-se um erudito e consciencioso intérprete dos documentos contemporâneos. Todavia, vendo-se, no seu contexto original, os artigos que o cardeal Guy de Bolonha persuadiu D. Fernando a assinar, torna-se mais clara a ameaça que o tratado de Santarém constituía para a independência portuguesa. De facto, D. Fernando abdicava da direcção da política externa do reino, direcção essa que, de futuro, passaria a depender da de Castela e, através de Castela, da de França. Era também constrangido a perdoar àqueles portugueses que tinham, activa ou passivamente, dado apoio às armas castelhanas contra o seu próprio rei. Cavaleiros e outros mais, cujo dever de defender o reino os devia prender à pátria, teriam liberdade de, se o desejassem, deixar o país e pôr as suas armas ao serviço do rei de Castela.

Tudo isto faz mudar o aspecto da decisão de D. Fernando de recommençar as hostilidades, quando, sete anos mais tarde, se lhe ofereceu outra oportunidade favorável. E que, só agindo assim, poderia restabelecer a completa independência do seu reino, como realmente, conseguiu, apesar do fracasso militar da expedição de Edmundo de Cambridge.

De facto, o tratado de paz entre Portugal e Castela, concluído em Badajoz, em Agosto de 1382, foi extremamente favorável para Portugal.

E certo que, em virtude da uma nova erupção de sentimento pro-castelhano em certos meios de influência da sociedade portuguesa, este acto ficou, alguns meses depois, sem efeito — mas disso não teve, a bem dizer, responsabilidade D. Fernando.

O tratado de Santarém contribuiu muito para abalar a independência portuguesa; e, assim, o desentendimento entre o rei e os seus conselheiros em 1380, quando lhes anunciou a sua resolução de retomar a luta, leva-nos a supor que ele enfrentou a situação melhor do que eles.

P. E. RUSSELL.

Texto do Tratado de Santarém de 1373 (*)

Guido miseracione divina episcopus Portuensis Apostolice Sedis legatus (²) ad perpetuam rei memoriam. Licet pax cuius donum de thesauro illius magnifici regis progreditur qui in suis sublimibus ponit concordiam et in fidelium suorum cordibus pacem benignus infundit inter cunctos christicolos christi-
colarumque omnium regiones sit singulariter appetenda inter illos tamen quorum regna terris infidelium confrontantur qui quanto ipsis infidelibus viciniore existunt tanto gravius et frequentius per eos opprimuntur singularius est querenda ut fidelium virtus ex unione que de vinculo pacis erumpit ad exaltacionem fidei catholice proficiat et vigoris suscipiat incrementum. Sane intellecto nuper qualiter illustris princeps dominus Henricus Castelle et Legionis rex cum magno exercitu magnaue multitudine et potencia armatorum Portugalie regnum intraverat quodque guerra que paulo ante sopita penitus credebatur inter prefatum regem Castelle et Legionis ac serenissimum principem domnum Fernandum nunc regem Portugalie et Algarbii denuo fuerat suscitata nos mala scandala et pericula maxima que ex guerra huiusmodi et eius occasione contingere verisimiliter poterant intra nos non sine magna cordis amaritudine sepius revolventes et tot ac tantis discriminibus exin nunc injuncte nobis per Sanctam Sedem Apostolicam legacionis officio desiderantes occurrere ad prefatum regnum Portugalie cum maiori qua potuimus acceleratione direximus gressus nostros inter eosdem principes de pace et concordia tractaturi ubi post multas persuasiones inductivas ad pacem multosque tractatus super reformatione pacis habitos hinc et inde, tandem prefati reges nobis presentibus pacem veram firmam et perpetuam prout et secundum quod in capitulis infrascriptis continetur pro se et suis successoribus in eorum regnis et terris omnipotentis Dei qui pacis auctor et amator est gratia cooperante fecerunt firmaverunt et iuraverunt per modum qui sequitur:

In primis anno a nativitate Domini millesimo trescentesimo septuagesimo tercio, indicione XIª, mense mardi, die nonadecima serenissimus princeps domnus Fernandus Portugalie et Algarbii rex illustris in castro suo de Santarena Ulixbonensis diócesis in nostra et multorum ut testium infrascriptorum presencia personaliter constitutus post magnas deliberationes cum comitibus, magistris, baronibus, militibus et communitatibus regni sui prius super hoc habitas pacem predictam cum omnibus capitulis infrascriptis sibi lectis et expositis pro se et suis successoribus regibus Portugalie et Algarbii firmavit nobisque et notariis infrascriptis de mandato nostro vice nomine et ad opus serenissimi principis domni Henrici Castelle et Legionis regis, filii sui primogeniti et omnium successorum suorum regum Castelle et Legionis

(!) Transcrição feita no Instituto de Estudos Históricos através de fotografia obtida em Paris pelo Dr. Salvador Arnaut, como bolseiro do Instituto de Alta Cultura.

(²) Vide pág. 420, nota 3.

aliorumque quorum intererat, interesse poterat aut poterit in futurum paciscentibus ac solempniter stipulantibus pacem huiusmodi omniaque et singula in dictis capitulis infrascriptis contenta se et successores suos Portugalie et Algarbii reges perpetuo et inviolabiliter servaturos secuturos et adimpletuos cum effectu et sub omnibus penis adiectis in eisdem capitulis et eorum confirmatione promisit et tactis corporaliter sacrosanctis Evangeliiis que in nostris manibus tenebamus iuravit presentibus venerabilibus in Christo patribus domnis Alfonso Egitanensi, Martino Elborensi, Guarino Carnotensi et Petro Colimbriensi episcopis ⁽³⁾ et dilectis in Domino fratre Nuno Roderici magistro ordinis milicie Ihesu Christi, nobilibus viris Johanne comite de Auren et Aria Gomecii de Silva milite ac Petro Chavallerii escolástico ecclesie Ulixbonensis testibus ad premissa vocatis specialiter et rogatis. Et subsequenter predictis anno indicione et mense, die vicesima secunda eiusdem mensis in civitate Ulixbonensi in domo Fratrum Minorum serenissimo principe domno Henrico Castelle et Legionis rege illustri pro se et nomine suo ac venerabili patre domno Alfonso episcopo Egitanensi et nobili viro Aria Gomecii de Silva milite procuratoribus regis Portugalie predicti et nomine procuratorio ipsius et pro ipso habentes ad infrascripta sufficiens et speciale mandatum prout constat per literas ipsius regis sigillo [munitas] et quoddam publicum instrumentum magistri Nicolay Morini de Dullendio f) publici notarii signo et subscriptione munita quorum tenores inferius sunt inserti in nostra, notariorum et testium infrascriptorum presencia constitutis prefati procuratores nomine quo supra pacem predictam cum omnibus infrascriptis capitulis et contentis in eisdem pro dicto rege Portugalie domino suo eiusque successoribus regibus Portugalie firmaverunt prefatoque rege Castelle pro se et suis successoribus regibus Castelle et Legionis et nobis ac notariis infrascriptis de mandato nostro, vice, nomine et ad opus omnium quorum interest seu interesse potest aut poterit in futurum paciscentibus et solempniter stipulantibus dominum suum regem Portugalie predictum et eiusdem regis successores reges Portugalie et Algarbii pacem et capitula predicta et omnia in eis contenta et sub penis omnibus in eisdem adiectis etiam excomunicacionis et interdicti perpetuo et inviolabiliter servaturos» secuturos et adimpletuos cum effectu nomine quo supra promiserunt et in manu domini sui predicti tactis corporaliter sacrosanctis Evangeliiis que in nostris manibus tenebamus iuraverunt. Posteaque in continenti prefatus domnus Henricus Castelle et Legionis rex illustris pacem, concordiam et capitula predicta sibi lecta et exposita et omnia in eis contenta firmavit et se ac successores suos Castelle et Legionis reges perpetuo et inviolabiliter servaturos, secuturos et adimpletuos cum effectu procuratoribus

(3) D. Afonso Correia, bispo da Guarda (de 1367 a 1384, ano em que foi transferido para Segóvia); D. Martinho Gil de Brito, bispo de Évora (de 1366 a 1374 ou 75); Garin d'Arcey, bispo de Chartres (de 1370 a 1376); Pedro Tenorio, bispo de Coimbra, (de 1371 a 1376, ano em que foi transferido para Toledo).

(4) Nicola Morin, notário de Doullens, na Picardia.

predictis nomine quo supra predicto rege Portugalie et Algarbii domino suo suisque successoribus regibus Portugalie et Algarbii nobisque et notariis infrascriptis, vice, nomine et ad opus omnium quorum interest seu interesse potest aut poterit in futurum paciscentibus et solemniter stipulantibus et sub omnibus penis que in dictis capitulis et eorum confirmatione inseruntur etiam excommunicationis et interdicti promisit et nichilominus tactis corporaliter sacrosanctis Evangeliiis que in nostris manibus tenebamus iuravit renunciantes rex et procuratores predicti nominibus quibus supra exceptioni doli, vis, metus in factum, rei si non geste vel aliter seu per oppressionem fraudem, vim vel metum geste omnibusque aliis exceptionibus juris vel facti et omni beneficio et auxilio civilis et canonici juris ac jure dicenti generalem renunciacionem non valere presentibus venerabilibus in Christo patribus domnis Francisco Terventino, Oliverio Racanatensi (5), Guarino Carnotensi et Petro Colimbriensi episcopis et dilectis in Domino nobilibus infante Dionisio nato inclite memorie Petri quondam Portugalie et Algarbii regis, Sancio de Alboquerque et Johanne Alfonsi de Nebrila comitibus; Fernando militie Sancti Jacobi et Roderico Didaci de Alcántara ordinum magistris; Alnardo abbate monasteri Fuxi, Pontio de Montelauro Drocensi in Carnotensi, Roberto de Nuceriis Parvi Caleti in Rothomagensi ecclesiis archidiaconis (6); Bertrando Mitte preceptore Renuersi (7) et aliorum regularium et secularium multitudine copiosa testibus ad premissa vocatis specialiter et rogatis. Capitula vero pacis per reges et procuratores predictos sic ut premittitur firmate, concordate et jurate sunt hec:

Pro bono pacis et amicie reformande inter serenissimos principes et dominos domnum Henricum Castelle et Legionis et domnum Fernandum Portugalie et Algarbii reges illustres in presencia reverendissimi in Christo patris et domini domni Guidonis Portuensis et Sancte Rufine episcopi Sedis Apostolice legati, post multos tractatus firmatum fuit actum, conventum et concordatum inter reges predictos.

Primo quod inter prefatum domnum Henricum regem Castelle et Legionis, primogenitum suum legitimum ceterosque successores suos Castelle et Legionis reges ex parte una et domnum Fernandum regem Portugalie et Algarbii et successores suos Portugalie et Algarbii reges ex altera: [inter] casas Castelle et Portugalie ex nunc sit et esse debeat bona pax vera firma et perpetua absque dolo fraude fictione et simulatione quibuscumque, vera firma et fidelis amicia vera firma et perpetua liga ac confederado.

(5) Francisco, bispo de Trivento, na província de Molise, na Itália (f137g); Oliverio, bispo de Recanati (1367-1374), na província de Marche, na Itália.

(6) Ainard, abade do mosteiro de Foix, no Languedoc meredional; Ponce de Montlaur, arcediogo de Dreux, na diocese de Chartres; Robert de Noyers, arcediogo de Petit Caux, na diocese de Rouen (vide a nota 2 da pág. 420).

(7) Bertrand Mitte, comendador de Renvers, da Ordem Hospitalária de santo Antão.

Item quod dictus dominus Fernandus Portugalie et Algarbii rex et omnes successores sui Portugalie et Algarbii reges pro tempore sint et esse debeant boni veri et fideles amici serenissimi principis et domini domni Karoli regis Francie illustris et successorum suorum regum Francie qui pro tempore erunt secundum quod idem rex Portugalie alias promisit et iuravit.

Item quod rex Portugalie qui nunc est et successores sui Portugalie reges nunquam erunt nec venient seu esse vel venire attemptabunt dicto facto consilio vel auxilio per se, alium vel alios directe vel indirecte, publice vel occulte contra prefatum domnum Henricum Castelle et Legionis regem, primogenitum suum legitimum, ceteros successores ipsius reges Castelle et Legionis, regna et terras ipsius et eorum, nec venientibus contra prefatum domnum Henricum, primogenitum suum legitimum, successores suos reges Castelle et Legionis, regna et terras ipsius et eorum, seu venire quomodolibet volentibus vel attemptantibus ministrabunt nec per suos ministrari permittent, gentes, naves, galeas, pecunias, arma, victualia seu aliud quodcumque subsidium, auxilium vel consilium. Et consimiliter quod dictus dominus Henricus rex Castelle et Legionis, primogenitus suus legitimus et ceteri successores sui Castelle et Legionis reges nunquam erunt nec venient seu esse vel venire attemptabunt dicto facto, consilio vel auxilio seu alio quovismodo per se alium vel alios directe vel indirecte publice vel occulte contra prefatum domnum Fernandum Portugalie et Algarbii regem successores suos Portugalie et Algarbii reges regna et terras ipsius et eorum, nec venientibus contra prefatum domnum Fernandum ipsiusque successores regna et terras seu venire quomodolibet volentibus vel attemptantibus ministrabunt nec per suos ministrari permittent, gentes, naves, galeas, pecunias, arma, victualia seu aliud quodcumque subsidium, auxilium vel consilium.

Item quod prefatus domnus Fernandus Portugalie et Algarbii rex et successores sui Portugalie et Algarbii reges ex nunc sunt et perpetuo esse debeant colligati et confederan cum dicto domno Henrico rege Castelle et Legionis primogenito suo legitimo ceterisque successoribus ipsius regibus Castelle et Legionis contra regem Anglie, principem Wallie, ducem Lancastrie et quoscumque alios Anglicos inimicos regis Castelle predicti valitores et auxilarios eorum.

Item quod rex Portugalie qui nunc est et successores sui Portugalie et Algarbii reges contra predictos Anglicos valitores et auxilarios eorum ex nunc sint et esse perpetuo debeant colligati et confederan cum serenissimo principe domno Karolo rege Francorum illustri et eius successoribus regibus Francorum consimiliter et sub eisdem penis pactis et modis quibus vigore presentis concordie et tractatus confederan et colligati sunt et esse debent cum dicto rege Castelle et Legionis, dummodo rex Francie infra decem menses a data presentium continue numerandos presentem tractatum ratificet approbet et confirmet et consimiliter et sub eisdem penis pactis et modis se obliget regi Portugalie predicto et juret ac jurari faciat per pares Francie vel maiorem partem ipsorum et nichilominus mittat procuratorem vel procuratores ad dictum regem Portugalie cum pleno et sufficienti mandato ad promissa omnia effectualiter adimplenda aliasque prefatus rex Portugalie

non teneatur nec sit obligatus regi Francie in plus quam esset ante tractatum presentem.

Item quod prefatus rex Portugalie juvabit et juvare tenebitur dictum domnum Henricum Castelle et Legionis regem contra regem Anglie, principem Wallie, ducem Lancastrie et alios Anglicos inimicos suos cum duabus galeis armatis stipendiis tamen regis Castelle predicti per tres annos quotiens idem rex Castelle armabit sex galeas vel plures contra dictos Anglicos inimicos suos et isto anno presentí juvabit eum et juvare tenebitur contra prefatos inimicos suos de dictis duabus galeis armatis ante finem mensis maii proxime instantis; transactis vero dictis tribus annis rex Portugalie prefatus ad dictas duas galeas ministrandas in auxilium regis Castelle sic ut promittitur non tenebitur nisi velit.

Item quod rex Portugalie qui nunc est et successores sui reges Portugalie qui pro tempore erunt Anglicis si forsitan eos ad regnum Portugalie vel alias terras eiusdem regis venire contigerit non ministrabunt nec per suos ministrari permittent gentes, naves, galeas, pecunias, arma, victualia seu aliud quodcumque subsidium consilium vel auxilium quin potius expellent predictos Anglicos tamquam inimicos eorum capitales de regnis et terris ipsorum, si eos per se et suos expellere possint, alias invocabunt auxilium regis Castelle qui erit pro tempore qui requisitus venire personaliter tenebitur vel mittere gentem armorum quantum poterit bona fide in auxilium regis Portugalie predicti.

Item quod dictus rex Portugalie non faciet pacem seu tractatum pacis aliquem cum rege Anglie, principe Wallie, duce Lancastrie et aliis Anglicis inimicis regis Castelle et Legionis sine expresso consensu regum Francie et Castelle.

Item quod reges Francie et Castelle consimiliter non facient pacem cum dictis Anglicis sine consensu expresso regis Portugalie predicti.

Item quod infra triginta dies a data presentium continue numerandos vel ante si fieri possit rex Portugalie expellet de regnis et terris suis omnes Castellanos infrascriptos et nominatos nec ipsos ulterius in dictis regnis et terris suis recipiet vel receptabit recipi seu receptari permittet sub penis omnibus infrascriptis etiam excommunicationis et interdicti quas penas absque requisicione alia seu interpellacione quacunque ex ipso incurrat si contentis in presentí capitulo non prevenerit cum effectu. Nomina vero Castellanos predictorum sunt hec: Domnus Fernandus de Castro, Grigorius Johannis de Parada, Fernandus Alfonsi de Çamora, filii Alvarii Roderici d'Aca ⁽⁸⁾, Fernandus Gutteri, Tello Didacus Alfonsi de Carvalhaf, Didacus Sancii de Torres, Petrus Alfonsi Giron, Johannes Alfonsi de Retta, Gundissalvus Martini de Cantores, Alvarus Menendi de Caceres, Garsias Petri de Campo, Garsias Malefeto⁽⁹⁾ Anglici, Gregorius Anglici, Palagius de Mera decanus qui se vocat de Corduba, Martinus Garsie de Algesira, Martinus Luppi de Civitate

⁽⁸⁾ Talvez por *Auca*.

⁽⁹⁾ No pergaminho está uma palavra, para nós incompreensível, constituída, salvo erro, pelas seguintes letras: *plnlrpotns*, sem qualquer sinal de abreviatura.

Roderici, Nunus Garsie eius frater, Gomecius de Foperies, Johannes de Campo, Bernardus Johannis eius frater, Johannes Fernandi d'Anderio, Johannes Fatin archidiaconus olim Salamenticensis, Fernandus Petri Churichano, Alfonsus Gomecii Churichano.

Item quod rex Portugalie infanti Dionisio germano suo et Didaco Luppi Pacheco aliisque militibus scuiiferis de regno Portugalie naturalibus suis qui sunt in convenientia gracia et favore regis Castelle remittet et ex nunc remittit omne crimen, omnem offensam et omnem penam pro quibuscumque commissis per ipsos usque ad presens tempus et ipsis et eorum singulis plenarie indulgebit et mandabit ac faciet quod omnia bona ipsorum eis et eorum singulis plene ac libere restituantur. Et si forsan aliquae sentencie late fuerint contra ipsos occasione premissorum ex nunc habebuntur pro nullis cassis et omnino inefficacibus et super remissionibus indulgenciis et nullitatibus huiusmodi dabit singulis eorum litteras suas in meliori completiori et efficaciori forma qua fieri potuerit.

Item quod idem rex Portugalie omnibus comunitatibus consiliis et personis civitatum, castrorum villarum et locorum regni sui que nomen regis Castelle et Legionis et ipsum regem Castelle pro domino et in dominum receperunt, remittet et ex nunc remittit omne crimen, omnem offensam et penas quascunque si quas forsan incurrerint occasione premissorum et eis plenarie indulgebit et dabit eis super hoc litteras oportunas ut supra.

Item si contingat in posterum quod aliqui comites, barones, milites, scutiferi seu alii de regno Portugalie voluerint servire regi Castelle qui nunc est vel successoribus suis regibus Castelle et Legionis qui erunt pro tempore in guerris, eorum rex Portugalie dabit eis licenciam veniendi ad servicium ipsius nisi eis necessario indigeat. Et hoc idem faciet et facere tenebitur rex Castelle et Legionis et sui successores Castelle et Legionis reges de comitibus⁽¹⁰⁾, baronibus, militibus et scutiferis eorum.

Item quod ad maiorem confederacionem regum predictorum rex Portugalie qui nunc est dabit sororem suam domnam Beatricem infantissam Portugalie in sponsam et uxorem magnifico et potenti viro domno Sancio comiti de Alboquerque germano predicti regis Castelle et Legionis et assignabit sibi pro dote et in dotem centum milia librarum monete Portugalensis que inclite memorie Petrus quondam rex Portugalie et Algarbii et pater dicte infantisse eidem pro dote et in dotem mandavit et voluit assignari et in hac de moneta que tunc temporis in dicto regno Portugalie currebat quam dotem solvet et assignabit rex Portugalie predictus dicto domno Sancio infra tres annos a die contracti matrimonii inter comitem Sancium et infantissam predictos videlicet anno quolibet partem terciam dicte dotis, ita tamen quod partem terciam istius anni presentis solvat et solvere teneatur eidem comiti infra tres menses a die contracti et consummati matrimonii predicti.

Item si propter casum prodicionis aliqui de regnis et terris regis Castelle et Legionis ad regna et terras regis Portugalie confugiant quod rex Portugalie ipsos restituet et restituere tenebitur regi Castelle et consimiliter

(10) No texto está *comitatibus*.

si propter casum predictum aliqui de regnis et terris regis Portugalie ad regna et terras regis Castelle confugiant quod rex Castelle ipsos restituet et restituere tenebitur regi Portugalie.

Item si aliqui de regibus predictis vel successoribus ipsorum contra ligam, pacem et amicitiam predictas quomodolibet venerit seu ligam, pacem et amicitiam huiusmodi frerit vel violaverit in futurum quod det et solvat dare et solvere teneatur triginta milia marcharum auri puri videlicet decem milia parti alteri seu predictis successoribus eiusdem, decem milia Camere Apostolice et decem milia pro subsidio generalis passagii transmarini que pena totiens comitatur quotiens contra pacem predictam aliquid fuerit attemptatum pace pactis et capitulis predictis in sua remanentibus firmitate.

Item quod reverendissimus pater et dominus domnus Guido episcopus Portuensis Apostolice Sedis legatus omni auctoritate qua melius poterit auctorizare, approbare et confirmare possit omnia supra et infrascripta et omnibus penis et cautelis de quibus sibi videbitur vallare et corroborare necnon in contradictores et rebelles excommunicationis et interdicti sententias promulgare etiam quacumque juris ordine pretermisso.

Item quod prelati regni Portugalie, comites, magistri, barones, milites, scutiferi qui per dictum regem Castelle et Legionis nominabuntur in propriis eorum personis communitates viginti civitatum vel villarum eiusdem regni quas predictus rex Castelle et Legionis duxerit eligendas per syndicos seu procuratores ipsorum ad id specialiter constitutos faciant pacta, homagia et iuramenta que ipsi ligam pacem et amicitiam predictas perpetuo et inviolabiliter observabunt nec consulunt nec consentient quod rex Portugalie qui nunc est vel pro tempore fuerit contra ligam pacem et amicitiam huiusmodi quomodolibet veniant seu attemptent primo pro toto posse ipsorum impediant ne prefatus rex Portugalie contra regem Castelle et Legionis predictum primogenitum suum legitimum ceterosque successores eiusdem reges Castelle et Legionis regna et terras ipsius et eorum modo quocumque guerram faciat. Et si forsitan rex Portugalie predictus contra ligam, pacem et amicitiam predictas quomodolibet venire vel attemptare presumpserit quod ipsi ex tunc in antea se denaturabunt et in super eonsentient quod ipsi omnes sententias excommunicationis et interdicti contra violatores seu perturbatores pacis huiusmodi per prefatum reverendissimum patrem Sedis Apostolice legatum promulgatas et promulgandas eo ipso incurrant si contra premissa vel premissorum aliquod venire vel attemptare presumpserint quovismodo comites vero barones, milites et scutiferi ultra premissa consentient quod in casum predictum pro perjuriis, infamibus et vilibus personis perpetuo teneri et haberi possint, teneantur et habeantur et quod arma eorum tamquam perjuratorum, proditorum et alevosorum debite remversari possint et remversentur. Et consimilia pacta homagia, iuramenta, obligaciones, submissiones et consensus prestabunt prelati, comites, magistri, barones, milites et scutiferi Castelle et Legionis qui per regem Portugalie nominabuntur in propriis eorum personis et communitates viginti civitatum et villarum quas idem rex duxerit nominandas per syndicos seu procuratores eorum ad id specialiter et legitime constitutos.

Item si aliqui de regnis Castelle et Legionis vel Portugalie cuiuscunque status vel condicionis hanc pacem modo suprascripto jurare recusaverint requisiti quod ex tunc sint extra pacem predictam et gratiam utriusque regis et de regnis predictis expellantur tamquam inimici regum et regnorum.

Item ad firmitatem premissorum et securitatem maiorem et ut premissa omnia et singula supradicta melius et efficacius fiant et impleantur rex Portugalie predictus dabit et dare tenebitur in obsides seu arefnas regi Castelle et Legionis antequam recedat de obsidione civitatis Ulixbonensis personas infrascriptas videlicet nobiles viros Johannem Alfonsi Telo, serenissime domine dompne Lionoris regine Portugalie germano, Johannem comitem de Viena natum nobiles viri Johannis Alfonsi comitis de Auren, Nunum frere milicie Jhesu Christi, Rodericum Alvarii Sancti Johannis Iherosolomitani in regno Portugalie ordinum magistrorum, filios Lancerotum Peçani admirantum maris regni Portugalie, filium nobiles viri Gomecii Laurencii de Avelal militis et antequam exeat de regno Portugalie, filios civium regni Portugalie, sex de civitate Ulixbonensi, quatuor de civitate Portugalsensi, quatuor de villa seu castro de Sanctarena, quos rex Castelle et Legionis predictus duxerit eligendos.

. Item filium Gondissalvi Pacis de Meira dummodo non teneatur captus per gentes dicti regis Castelle.

Item quod rex Portugalie dabit in hostagia seu arrefanas et realiter et de facto ponet in manibus dicti domini legati castra infrascripta cum eorum terris et territoriis, hominibus, juribus, juriditionibus, feudis, retrofeudis, fondis, aquis, pratis, pascuis venatoribus, fructibus, redditibus, obvencionibus et pertinentiis quibuscunque convertendis in custodia castrorum huiusmodi tenenda et possidenda per prefatum dominum cardinalem et legatum tamquam sequestrum usque ad tres annos a die qua fuerint posita in manibus ipsius continue continue numerandos sub pactis, modis et condicionibus infrascriptis videlicet quod in casu quo prefatus rex Portugalie venerit contra pacem predictam ipsamque primus fregerit regi Castelle quod castra predicta ex tunc sint et perpetuo remaneant in et de superioritate et dominio regis Castelle et Legionis et de regno ipsius et tamquam sua propria per prefatum dominum cardinalem et legatum sibi assignentur reddantur et restituantur ex nunc in casum tantum predictum sibi peredicti domini cardinalis et legati sentenciam etiam obmisso quocunque iuris ordine adiudicari possint et adiudicentur. In casum vero quo rex Castelle et Legionis venerit contra pacem predictam ipsamque primus fregerit regi Portugalie quod castra predicta per prefatum reverendissimum patrem eidem regi Portugalie tamquam sua et de regno ipsius statim assignentur reddantur et restituantur et sub istis pactis modis et condicionibus homines dictorum castrorum se denaturabunt et facient pactum et homagium dicto domino legato vel deputando seu deputandis ab ipso et consimiliter sub eisdem pactis modis condicionibus et homagiis assignaverit idem dominus legatus castra predicta illis quibus ipsa regenda et custodienda comittet. Et si contingerit quod absit quod prefatus dominus legatus ante triennium predictum migraret a secylo quod castra predicta sub eisdem pactis modis

et condicionibus statim post eius obitum sint et usque ad finem dicti triennii remaneant in manibus Romani Pontificis castra autem que dari debent in hostagia seu arrefenas sunt hec, videlicet: Viseo, Miranda, Pinei, Almeda, Selerico, Linayres, Segutam.

Item quod custodia regimen et gubernatio civitatis Visensis comittetur per dictum dominum legatum magnifico viro domno Johanni comiti de Aurem vel Gundissalvo Telo seu Johanni Alfonsi Telo dicti domine regine germano.

Item quod rex Portugalie dicto triennio durante castra predicta non capiet nec furabitur seu capi vel furari faciet aut permittet nec decipiet seu decipi faciet nec per vim, potenciam, artem, fraudem, dolum, ingenium seu aliam machinationem quamcunque expellet de villis et castris predictis seu expelli faciet aut permittet illos quibus castra huiusmodi custodienda comittentur per dictum dominum legatum.

Item prefatus rex Castelle et Legionis obsides personarum prefatus idem dominus legatus vel Romanus Pontifex in casum quo ad manus eius pervenient hostagia seu arrefanas castrorum predictorum non tenebunt nisi dumtaxat usque ad tres annos predictos lapsis vero dictis tribus annis rex Castelle personas sub omnibus penis supra et infrascriptis etiam excommunicationis in persona sentenciam et interdicti in regna et terras ipsius, prefatus vero dominus legatus vel Romanus Pontifex in casum predictum villas et castra predicti regi Portugalie vel successoribus suis aut deputando vel deputandis ab ipso libere restituant et restituere tenebuntur et etiam ante triennium quodocunque contingent reges Francie et Castelle habere pacem et amicitiam cum rege Anglie et omnibus filiis suis etiam absque mora et dilacione quacunque dummodo rex Portugalie predicais prius non fregerit seu violaverit pacem regi Castelle.

Item quod rex Castelle et Legionis assecurabit obsides sibi assignandos quod non occidet eos nec occidi faciet nec inferet eis vel alicui ipsorum dampnum iniuriam vel gravamen nec mandabit seu consenciet quod eis fiant vel inferantur et faciet eos teneri et custodiri honeste et hec jurabit et promittet in manibus dicti reverendissimi patris.

Item quod prestabit securitatem omnibus Castellanis quos rex Portugalie juxta capitula pacis presentis expellere tenetur de regnis et terris suis quousque sint extra regna Castelle et Legionis ac Portugalie tam per terram quam per mare.

Item quod sub penis supra et infrascriptis uterque regum predictorum videlicet Castelle et Portugalie infra kalendas octobris proxime instantis mittet et mittere tenebitur ad Romanam Curiam procuratorem vel procuratores cum sufficienti mandato qui supplicabunt Santissimo Domino Nostro Summo Pontifici ut ad conservationem federis amicitie et unitatis inter reges predictos et eorum successores pacem et concordiam pacta, capitula et convenciones huiusmodi laudare, approbare, confirmare et perjadiciones penarum omnium de quibus ei videbitur vallare et corroborare de sua solita benignitate dignetur et super obtinenda dicta confirmacione facient posse suum.

Predicta vero pace cum omnibus infrascriptis capitulis per dictos regem et procuratores sit ut promittitur firmata concordata et jurata nobis presentibus et conscencientibus rege Castelle et procuratoribus predictis ad approbacionem confirmacionem et corroboracionem pacis eiusdem processimus in hunc modum. Et nos Guido cardinalis et legatus predictus considerantes quod pax et concordia huiusmodi Deo placabilis populo desiderabilis toti reipublice fidelium ne dum utilis ymo necessaria existit pacem, concordiam, pacta, convenciones et capitula predicta exceptis iliis capitulis que de liga contra Anglicos faciunt mencionem de quibus nos intromittere nullatenus intendimus et ex comissa auctoritate apostólica nobis in hac parte specialiter attributa et qua fungimur laudamus, approbamus et confirmamus pacemque et concordiam huiusmodi perpetuo et inviolabiliter fore servandam et tenendam statuimus, volumus et mandamus, prefatosque principes videlicet domnum Henricum Castelle et Legionis et domnum Femandum Portugalie et Algarbii reges illustres obsecramus per viscera Domini Jhesu Christi ipsisque et eorum singulis auctoritate predicta iniungimus precipimus et mandamus ut pacem, concordiam et amicitiam huiusmodi inviolabiliter teneant et observant et nos enim in omnes de supradictis regibus vel successoribus ipsorum qui contra pacem predictam venire seu ipsam infringere vel violare quomodolibet presumpserint in futurum necnon in omnes et singulos cuiuscunque dignitatis status gradus ordinis vel condicionis extiterint etiam si pontificali vel alia quavis prefulgeant dignitate qui per reges predictos seu successores eorum vel alterum ex ipsis ad veniendum contra pacem predictam seu ipsam quomodolibet infringendum vel violandum induxerint seu venientibus contra pacem predictam vel venire attemptantibus prestiterint auxilium, consilium vel favorem publice vel occulte ex nunc prout ex nunc excommunicationis sententiam ferimus in hiis scriptis et regna et terras ipsorum ecclesiastico supponimus interdicto. Absolutionem omnium et singulorum qui prefatas nostras sententias vel earum aliquam incurrerint nobis vel superiori nostro tantum modo reservantes. Et insuper castra per prefatum regem Portugalie in arrefenas danda et in manibus nostris ponenda et assignanda iuxta capitula pacis predictae cum omnibus iuribus et pertinentiis suis universis quorum castrorum nomina superius descripta sunt in casum quo Rex Portugalie durante triennio quo huiusmodi castra tenere debemus iuxta capitula supradicta primitus contra dictam pacem et concordiam venerit, pacemque et concordiam predictam primus fregerit seu violaverit eidem regi Castelle pro se et suis successoribus ac regno jure directi et veri dominici pronunciamus, decernimus et declaramus adiudicanda fore perpetuo et ex nunc adiudicamus promittentes bona fide regi Portugalie predicto quod in casu ubi rex Castelle et Legionis dicto triennio durante contra pacem et concordiam huiusmodi primus venerit pacemque et concordiam primus fregerit seu violaverit nos eidem regi Portugalie vel deputando seu deputandis ab ipso castra predicta absque mora quacunque reddemus et restituemus seu reddi et restitui faciemus realiter et cum effectu. Deinde vero anno et indicione predictis mensis aprilis die septima prefati principes et domini Henricus Castelle et Legionis et Fernandus Portugalie et Algarbii reges illustres prope muros castris de Santarena inter flumem Tagi et muros predic-

tos in nostra et notariorum ac testium infrascriptorum presencia personaliter constituti omnia et singula suprascripta ratificaverunt, laudaverunt et approbaverunt et nichilominus pacem, concordiam et ligam predictas iterum firmaverunt dictasque pacem, ligam et concordiam cum omnibus capitulis suprascriptis se et successores suos in regnis eorum perpetuo et inviolabiliter servaturos nobis et notariis infrascriptis de mandato nostro vice et nomine omnium quorum interest vel interesse poterit in futurum solempniter stipulantibus et sub penis omnibus suprascriptis promiserunt et tactis sacrosanctis Evangeliiis que in manibus nostris tenebamus et per fidem ipsorum in nostris et notariorum predictorum manibus corporaliter prestitam iuraverunt presentibus venerabilibus in Christo patribus domnis Garino Carnotensi et Petro Colimbriensi episcopis et dilectis in Domino, Fernando ordinis militie Sancti Jacobi magistro, nobilibus viris Johanne Alfonsi comite de Auren et Aria Gomecii de Silva milite necnon Gundissalvo Egidii Castelle et Legionis et Johanne Gundissalvi Portugalie et Albarbii regum predictorum secretariis et notariis testibus ad premissa vocatis specialiter et rogatis in quorum omnium et singulorum fidem et testimonium.

Nos Guido legatus predicáis presentes litteras fieri et per notarios infrascriptos publicari ac sigilli nostri una cum signis et subscriptionibus notariorum ipsorum mandavimus munimine roborari.

Acta fuerunt hec anno indicione diebus mensibus et locis predictis pontificatus Sanctissimi Patris et Domini Nostri Gregorii divina providencia pape XI^o anno tercio. Et ego Nicolaus Morini de Dullendio Ambianensis diócesis publicus apostólica et imperiali auctoritatibus necnon reverendissimi in Christo patris ac domni Guidonis miseracione divina Portuensis et Sancte Ruphine episcopi Sedis Apostolice legati suprascripti notarius dum pax, liga et amicitia inter prefatos serenissimos principes et dominos domnos Henricum Castelle et Legionis et Fernandum Portugalie et Algarbii reges illustres colligaciones, confederaciones omniaque et singula in suprascriptis capitulis comprehensa per prefatum domnum Fernandum Portugalie et Algarbii regem primo et subsequenter per reverendum in Christo patrem domnum Alfonsum episcopum Egitanensem et nobilem virum Ariam Gomecii de Silva militem procuratorem et procuratorio nomine dicti regis Portugalie et pro ipso.

. Ac dictum per prefatum domnum Henricum Castelle et Legionis regem et demum per ambos reges predictos in propriis eorum personis sicut premittitur fierent et concordarentur et firmarentur anno, indicione, mensibus, diebus et locis predictis necnon approbacioni, confirmacioni pacis, lige et amicitie predictarum exhortacionibus, preceptis, sentenciis, promulgacionibus et adiudicacionibus factis per dictum legatum predictum una cum discreto viro magistro Willelmo de Brunshorn notario infrascripto et prenominatis testibus, presens interfui et hic mea propria manu subscripsi signumque meum solitum tam hic quam in duabus iuncturis precedentibus apposui requisitus et rogatus in testimonium premissorum. Et ego Willelmus de Brunshorn clericus Leodicensis diócesis publicus aposto-

lica et imperiali auctoritate notarius premissis omnibus et singulis dum per dictum serenissimum principem domnum Fernandum Portugalie et Algarbii regem reverendum in Christo patrem domnum Alfonsum episcopum Egitanensem et Ariam Gomecii de Silva militem, procuratores et procuratorio nomine eiusdem regis ac serenissimum principem et dominum domnum Henricum regem Castelle et Legionis predictum prefatumque reverendissimum patrem et dominum domnum legatum anno indicione mensibus diebus et locis predictis sicut premittitur agerentur una cum circumspecto viro magistro Nicolao Morini notario suprascripto et prenominato testibus presens interfui et hic manu propria me subscripsi signumque meum solitum hic et in duabus iuncturis precedentibus apposui rogatus et requisitus in testimonium premissorum.

Actum fuit hoc in civitate Burgensi in hospicio habitacionis reverendi in Christo patris et domni Martini episcopi Placentini anno, indicione, die, mense et pontificatu quibus supra presentibus eodem domino episcopo Placentino et discretis viris Johanne Fernandi abbati de Cabanias, diócesis Placentine suo cappellano ac Didaco Petri de Sancto Martino Dedon presbítero Burgensis diócesis, necnon Gundissaívo viro layco Salamenticensi ac aliis pluribus testibus ad premissa vocatis specialiter et rogatis.

Collatio facta cum originali per me R. de Noiers.

Au jour duy XXI^e jour de janvier l'an mil CCC soixante et treze. Je Robert de Noyers secrétaire de Roy ay baillé du comandement du Roi a monsieur le chancelier ce présent traicté de la paix faite entre les roys de Castelle et de Portugal lequel contient trois roubles.

R. des Noiers. Et me presente J. de Coiffy.